

PEDRO HUDSON CORDEIRO

“A participação japonesa na agricultura brasileira na década de 1950”

Diamantina

2022

PEDRO HUDSON CORDEIRO

Doutorando em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais

“A participação japonesa na agricultura brasileira na década de 1950”

Área temática 3 – História econômica, do pensamento econômico e demografia histórica

Resumo: Este trabalho busca contribuir para os estudos sobre a participação dos imigrantes japoneses na agricultura do Brasil, com destaque para Minas Gerais, no final da década de 1950, usando o “Censo do imigrante japonês”. Os resultados indicam que a produção agrícola da comunidade Nikkei correspondia a uma parte importante da produção nacional, em especial para alguns vegetais, algodão e ovos. Essa produção era feita especialmente em propriedades pequenas e com o uso de tecnologias pouco comuns entre os agricultores brasileiros. Em Minas Gerais, essa produção era singela, mas diversa, contribuindo para economia local com impacto até nos dias de hoje.

Palavras-chave: Imigração japonesa, Economia brasileira, Economia Mineira, Agricultura, História Econômica

* O presente trabalho não recebeu nenhum tipo de financiamento ou apoio por parte de instituições de fomento à pesquisa.

Diamantina

Agosto de 2022

INTRODUÇÃO

O Brasil é considerado o quarto maior produtor mundial de grãos, estando atrás apenas da China, dos Estados Unidos e da Índia. Dados do ano de 2020 indicam que o país produziu cerca de 240 milhões de toneladas de grãos, dos quais 123 milhões foram destinados à exportação. Dessa forma, o Brasil se consolida como o segundo maior exportador de grãos do mundo, dominando cerca de 19% do mercado internacional. Em se tratando da soja, considerada a *commoditie* agrícola mais valiosa, o Brasil é desde de 2020 o maior produtor do mundo, respondendo por cerca de 50% do mercado internacional do referido gênero. O país é também o líder mundial na produção de açúcar e café. Nas últimas décadas, a produção agrícola brasileira cresceu consideravelmente, contribuindo para a geração de riqueza e para com uma fatia considerável do PIB nacional – considerando-se a agricultura e a produção agropecuária, o agronegócio representou 26% do PIB brasileiro em 2020. O aumento da produtividade graças à incorporação de novas tecnologias é considerado o principal responsável por trás desse cenário: dados da Embrapa (2018) indicam que entre 1977 e 2017, a área cultivada (em hectares) cresceu de 37 para 61 milhões (variação de 163%) enquanto a produção agrícola variou em quase 600%, crescendo de 47 para 238 milhões de toneladas.

Dados do Censo Agropecuário de 2017 indicam que a soja é a lavoura com maior valor de produção no Brasil, sendo seguida pela cana-de-açúcar, milho e café. Plantada em quase todos os estados brasileiros, a soja ocupava uma área de quase 31 milhões de hectares, gerando uma produção de 103 milhões de toneladas avaliada em mais de 105 bilhões de reais, tendo o Mato Grosso como líder de produtividade. A produção de outros gêneros agrícolas bastante importantes na economia brasileira é liderada por estados concentrados na grande região Centro-Sul, como São Paulo (cana-de-açúcar), Minas Gerais (café e feijão) e Rio Grande do Sul (arroz). Mais de 15 milhões de brasileiros (cerca de 14% da População Economicamente Ativa - PEA) estavam empregados nos mais de 5 milhões de estabelecimentos agropecuários espalhados pelo país, sendo que quase $\frac{3}{4}$ desses trabalhadores possuíam vínculo familiar com o dono do estabelecimento, indicando a importância do trabalho familiar nesse tipo de empreendimento (CENSO AGRO, 2017).

Com relação a Minas Gerais, embora o estado seja o quinto com o maior valor total de produção agrícola (35 bilhões de reais), o mesmo se tornou em 2018 a unidade federativa com a maior diversificação agrícola do país, como indica a Pesquisa Agrícola Municipal conduzida pelo IBGE (PAM, 2018). Quase 608 mil estabelecimentos agropecuários estão registrados no estado, empregando cerca de 1,8 milhões de mineiros (cerca de 17% da PEA estadual). Os três produtos com maior valor de produção em Minas são, respectivamente, o café, a soja e a cana-de-açúcar, sendo que o estado abriga oito dos dez municípios com maior produção do café arábica, principal variedade cultivada no país. Minas Gerais também se destaca pela grande produção de frutas, sendo o quarto estado com maior valor de produção da fruticultura (PAM, 2018). Os municípios que lideram a produção dos principais gêneros agrícolas do estado estão dispersos por todas as regiões, confirmando o dinamismo da agricultura mineira, como por exemplo, Unaí (soja e milho), Patrocínio (café), Uberaba (cana-de-açúcar), Paracatu (Feijão) e Perdizes (batata inglesa).

Merece destaque a presença no estado de diversos projetos com o objetivo de potencializar a produção agropecuária, como o Projeto Jaíba. Atendendo municípios da região do Vale do Médio São Francisco, o projeto tem como objetivo auxiliar produtores em quesitos técnicos, econômicos e também administrativos, para que haja melhor desempenho da agricultura irrigada na região, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico local. O Projeto Jaíba possui hoje uma área total de 108 mil hectares, dos quais 66 mil são de área irrigável (CODEVASF, 2018).

Dada a grande quantidade e variedade de grãos produzidos, o Brasil é frequentemente chamado de “Celeiro do mundo”, sendo responsável por alimentar quase 1 bilhão de pessoas. Esse cenário, entretanto, é bastante recente tendo em vista que apenas a partir da década de

1970 a produtividade da agricultura brasileira começou a crescer de forma consistente e vultuosa. Diversas pesquisas conduzidas pela Embrapa indicam que, nas décadas de 1950 e 1960, a produção agrícola no Brasil era relativamente baixa. A pequena produtividade por hectare não dava conta da demanda interna e não havia resultados concretos na tentativa de aumentar a produtividade através da seleção de melhores e novas espécies e do uso de fertilizantes (EMBRAPA, 2018). O rápido processo de industrialização que o país vivia, acompanhado de urbanização e crescente demanda por alimentos gerou um cenário de escassez de alimentos que chegou a ser manchete de jornais, como veiculado no jornal Folha de São Paulo em 24 de abril de 1968, com o título “Escassez alimentar no Brasil”. A preocupação com a situação fez com que o governo federal desse início a um processo marcado por diversos incentivos tanto aos produtores quanto para o desenvolvimento de tecnologias para lidar com o problema de baixa produtividade que marcava o país.

O desenvolvimento da agricultura no Brasil na segunda metade do século passado, se cruza com a história da imigração japonesa no país. Desde o início do fluxo migratório de japoneses para o Brasil em 1908, essa mão-de-obra imigrante esteve inserida no campo. Se no início os imigrantes japoneses estavam quase que restritos à produção de café como empregados em fazendas paulistas e paranaenses, em menos de cinco décadas esse cenário se transformou: núcleos de famílias de imigrantes já podiam ser encontradas por todo o país, sendo empregados ou donos da sua própria produção. Além do café, os japoneses produziam diversos gêneros agrícolas que podiam ser encontrados em quantidade cada vez maiores em cidades próximas dos núcleos rurais nipônicos. Os japoneses não apenas contribuíram com a sua mão-de-obra, mas também com a inserção de alimentos desconhecidos no Brasil e técnicas de produtividade, que permitiram o crescimento da produção mesmo com baixo acesso à tecnologia e maquinários de ponta.

Segundo Nagaoka (2008), a contribuição da população Nikkei para a agricultura brasileira é imensurável. Em suas fazendas, os japoneses produziam diferentes tipos de legumes, frutas e produtos hortifrutigranjeiros. A maior variedade e quantidade de alimentos, fruto do trabalho japonês no campo, foi fundamental para ampliar a produção e a oferta de alimentos aos brasileiros, tornando o país menos dependente da importação de alimentos e tornando a mesa da população mais farta e diversificada. Nesse contexto, este trabalho objetiva, de forma sucinta, analisar a participação dos japoneses na agricultura brasileira, com destaque para Minas Gerais, durante a década de 1950, período em que diversos imigrantes do Japão se fixaram de maneira definitiva no país e alteraram consideravelmente sua relação com a sociedade brasileira. Dessa forma, busca compreender como se organizava a produtividade agrícola Nikkei no período e sua relação com a produção nacional.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

1- A imigração japonesa no Brasil

Iniciada oficialmente em 1908, a chegada dos primeiros imigrantes japoneses no Brasil se deu em um contexto de expansão econômica e grande necessidade de mão-de-obra. Ao longo do século XIX, a produção cafeeira no Brasil viveu um período de ouro, com o café brasileiro ganhando grande destaque no cenário internacional. O aumento da produção exigia número

crescente de trabalhadores ao mesmo tempo que os fazendeiros podiam contar cada vez menos com a mão-de-obra escrava dada as políticas de restrição a escravidão e o fim definitivo dessa prática em 1888. Dessa forma, para sanar a carência de trabalhadores, o país decidiu recorrer à imigração de trabalhadores vindos da Europa, onde diversos países atravessavam um cenário de pobreza e alta densidade populacional.

Além da necessidade de mão-de-obra, muitos defensores da imigração justificavam uma razão extra para receber trabalhadores europeus: melhoria racial através do branqueamento da população, considerada muito miscigenada. Trazer europeus para trabalhar nas lavouras de café seria unir o útil (mão-de-obra) ao agradável (clareamento populacional). No entanto, a imigração europeia não se mostrou tão bem-sucedida quanto o esperado. Ao chegar nas lavouras de café, os imigrantes encontravam situação de trabalho bastante diferente daquela que lhes tinha sido anunciada na Europa. O trabalho era muito duro; as condições de vida, precárias; os salários eram baixos. Ao fazendeiro para quem trabalhavam, ficavam devendo parte dos custos com a viagem até o Brasil, além de bens de consumo que conseguiam comprar apenas na fazenda, a preços superiores que nos mercados comuns. Os problemas na relação entre imigrantes e empregadores, marcada por diversas greves, chegaram ao ponto em que, em 1902, o governo italiano proibiu a imigração subvencionada de italianos para o Brasil (TRENTO, A. 1989).

Dada a dificuldade com os imigrantes europeus, a recepção de trabalhadores asiáticos, até então descartada por não atender aos desejos de melhoria racial, começou a ser considerada. Muitos fazendeiros passaram a ver no japonês um trabalhador subordinado e quieto, diferente do europeu, considerado um subversivo em potencial (ALMEIDA, G. 2014). Tal ideia se assemelhava ao que muitos pensavam sobre os imigrantes chineses: mão de obra barata e subserviente, mas com um diferencial - o japonês, diferentemente do chinês, estava inserido em uma economia que se expandia aos moldes capitalistas. A imagem vendida pelo governo japonês era de que os japoneses não vinham de uma colônia, mas sim de uma próspera nação que ganhava espaço entre as potências mundiais através das reformas econômicas e estruturais que vinham sendo promovidas (KOWNER, R. 2001).

O entusiasmo dos fazendeiros com a recepção dos japoneses esbarrou no debate racial. Para os críticos, os asiáticos eram uma raça inferior cuja vinda para o país acarretaria em prejuízos para a população. Enquanto para os defensores da ideia racial a imigração, além de trabalho, trazia o aprimoramento racial e moral da população, para outros setores do governo e os fazendeiros, o importante era ter mão-de-obra barata que se adaptasse e fosse produtiva, atendendo as necessidades econômicas do país. A conjuntura do processo levou à vitória dos grupos pró-asiáticos. Em 18 de Junho de 1808, começou de maneira oficial a Imigração Japonesa no Brasil, quando o navio Kasato Maru desembarcou no Porto de Santos, trazendo um total de 781 japoneses, número que cresceu rapidamente nos próximos anos. Ao embarcar para o Brasil, os japoneses não vinham com o objetivo de se fixar, mas sim para ganhar dinheiro e voltar para casa. Essa ideia havia sido alimentada pela propaganda do governo japonês que incentivava a migração, tendo em vista os problemas demográficos e econômicos que o Japão enfrentava, apresentando o Brasil como uma terra muito próspera onde se poderia enriquecer facilmente.

Segundo Almeida (2014), entre os fazendeiros brasileiros:

“Disseminava-se a ideia de que no Japão o socialismo, anarquismo, sindicalismo e mesmo greves eram fenômenos raros e trazidos de fora. As notícias internacionais no princípio da década de 1910 traziam um contraste relevante: enquanto notas sobre greves na França, Espanha, Portugal e Itália eram comuns e constantemente veiculadas na grande imprensa,

estes mesmos impressos apresentavam notícias indicando que tais “problemas” não eram comuns e tão pouco naturais no Japão (...)”

Apesar desse pensamento, as condições de trabalho suportadas pelos japoneses foram tão duras que, tal como os europeus, organizaram movimentos de resistência e boicote, seja na forma de paralisar o trabalho na lavoura ou da fuga. Além das barreiras culturais, a rotina do trabalho se mostrou muito pesada. Não demorou para que as expectativas de juntar dinheiro rapidamente e voltar para o Japão fossem frustradas. Não era incomum que os imigrantes tentassem negociar sua mudança para outra fazenda e até mesmo mudassem de rumo, tornando-se autônomos, vagando entre fazendas. A vida do imigrante japonês começou a melhorar quando ele se inseriu nas lavouras de parceria: o café produzia duas safras ao ano e o imigrante ficava com a primeira. Ao vendê-la, conseguia comprar um pedaço de terra para sua família, deixando a condição de empregado. Os que conseguiam comprar suas terras viam nela a oportunidade de prosperar e juntar dinheiro para, um dia, retornar ao Japão.

Os anos que vão da chegada dos japoneses em 1908 até a eclosão da Segunda Guerra Mundial, são marcados pelo sonho de retornar à terra natal, mesmo que muitos imigrantes já estivessem no Brasil há mais de 30 anos e não tenham conseguido fazer fortuna. O contato com a sociedade brasileira nesse período se manteve restrito. As comunidades japonesas no meio rural (onde viviam a maioria dos imigrantes) se tornaram pequenos “Japões”. Os casamentos eram celebrados entre japoneses e seus descendentes. As *Nihon-Gakkos* garantiam o ensino da língua materna, que era usada no cotidiano da comunidade. Jornais em língua japonesa permitiam que os japoneses se mantivessem informados com o que ocorria no Japão, enquanto o Budismo e o Xintoísmo continuavam sendo as religiões que conduziam a vida diária e as cerimônias sociais, como casamentos e velórios.

Os anos do Estado Novo (1937-1945), onde o governo Vargas adotou uma política nacionalista, foram difíceis para os povos imigrantes que viviam no Brasil. A questão racial voltou ao debate e a aversão aos japoneses tornou-se mais evidente. Em 1941, todos os jornais japoneses foram fechados e a veiculação de materiais em japonês, proibida. No mesmo ano, a Embaixada Japonesa no Brasil foi fechada. Em 1942, quando o Brasil entrou definitivamente na Guerra, os laços diplomáticos com o Japão foram cortados. (NAGAOKA, F. 2008). Com o fim da Segunda Guerra o clima no país tranquilizou-se, mas a notícia da destruição do Japão abalou a comunidade japonesa. O caos econômico que o país se encontrava após a derrota no conflito, confirmava um medo que muitos imigrantes guardavam: não seria possível retornar ao Japão e ficar no Brasil era a única opção.

Para os imigrantes, a plena integração com a sociedade brasileira passava pela educação. Muitos foram do campo para a cidade, onde havia maior possibilidade dos filhos se escolarizarem e realizarem cursos técnicos e ensino superior. O processo de urbanização foi tão acentuado, que no início dos anos sessenta, havia mais japoneses na área urbana do que na área rural (NAGAOKA, F.2008). A chegada dos imigrantes nas cidades foi marcada pela mudança na ocupação de trabalho. Muitos se tornaram autônomos, como pequenos comerciantes ou prestadores de serviços. Entre os empreendimentos comerciais que ficaram marcados pela presença de japoneses estão as tinturarias e o comércio de hortifrutigranjeiros. As barracas de venda nas feiras eram resultado da parceria feita com os japoneses que ficaram no campo. Em geral, os filhos mais velhos ajudavam os pais nos comércios, enquanto os mais novos se dedicavam aos cursos técnicos e universitários. Nesse cenário do final dos anos 1940, tornou-se popular a imagem de barracas de feirantes japoneses (alimentadas pelas fazendas japonesas que circundavam as cidades) onde podia-se comprar diversos produtos e variedades agrícolas que os brasileiros não conheciam. A parceria entre os imigrantes que ficaram no campo ligados à agricultura e os imigrantes que se tornaram feirantes na cidade revolucionou a alimentação brasileira, a começar pela oferta de alimentos.

2 – A imigração japonesa em Minas Gerais

Após o fim do ciclo do ouro, onde Minas Gerais vivenciou rápido crescimento econômico e populacional, o estado passou por um cenário de relativa estagnação econômica. Com o desenvolvimento do setor cafeeiro em São Paulo, trabalhadores mineiros comumente se deslocavam para lá. No contexto da chegada de imigrantes ao Brasil, durante muito tempo o governo mineiro tentou atrair parte dos imigrantes europeus, sem sucesso (MINAS GERAIS, 1920). O governo via no imigrante uma forma de resolver a carência de mão-de-obra e acelerar o povoamento de um território tão extenso.

Tal como ocorreu à nível nacional, o governo mineiro via com bons olhos o imigrante europeu, ao passo que não considerava a recepção de trabalhadores asiáticos interessante. Os japoneses que já estavam estabelecidos no Brasil, também não viam Minas Gerais como um estado atrativo. Para eles, era mais fácil conseguir terras nas colônias que o governo japonês adquirira em São Paulo e no Paraná e que funcionavam como cooperativas agrícolas, onde os imigrantes trabalhavam e conseguiam melhor retorno financeiro. Contrariando o debate racial, os fazendeiros mineiros apoiavam a incorporação dos japoneses no lugar da mão-de-obra escrava. Os japoneses eram vistos como trabalhadores obedientes, ao mesmo tempo que representavam um trabalho de baixo custo (KEHDY, M.; SILVA, D. 2008). Quando os imigrantes começaram a chegar no estado, o debate racial deu lugar a outro tipo de pensamento – o asiático poderia trabalhar em Minas, pois como força de trabalho, era tranquilo e laborioso. No entanto a imigração asiática não poderia substituir, no sentido de colonização, a imigração europeia (MONTEIRO, N. 1973).

No início, o número de japoneses que entraram em Minas Gerais foi pequeno. Minas estava longe do litoral, sendo o interior do país. Os imigrantes consideravam o salário pago em São Paulo melhor, além do poder de atração dos núcleos de imigração que se desenvolviam economicamente em São Paulo e no Paraná. O Triângulo Mineiro foi a única região do estado que registrou números mais expressivos, sendo também a primeira a receber esses imigrantes, ainda em 1910, quando começaram o cultivo de arrozais. Segundo Kehdy e Silva (2008) a imigração japonesa em Minas Gerais teve dois períodos históricos: o primeiro começou em 1910 (quando os primeiros imigrantes chegaram no Triângulo, vindos de São Paulo) e foi até 1950. Belo Horizonte começou a receber esses imigrantes em 1930, sendo que a maioria deles se dedicava à produção de hortifrutigranjeiros. Em 1936 foi fundada em Belo Horizonte a Associação Mineira de Cultura Nipo-Brasileira com o objetivo de congregar as famílias imigrantes. Outras regiões tiveram imigração restrita e dispersa.

O segundo período iniciou-se em 1950, com a maior dispersão das famílias japonesas pelo estado. Nesse período, houve o fortalecimento da comunidade japonesa na Região Metropolitana de Belo Horizonte (em 1950, os imigrantes e seus descendentes podiam ser encontrados em praticamente todas as cidades que formavam a Grande BH), no Sul de Minas e no Centro-Oeste Mineiro. O fim da década de 1950 foi marcado pela expansão de oportunidades para os imigrantes, como o investimento em novas cooperativas agrícolas e projetos de cooperação técnica, incorporando novos conhecimentos às atividades econômicas exercidas pela comunidade (KEHDY, M.; SILVA, D. 2008).

Minas Gerais viveu grandes mudanças nos anos 60 e 70. Tal como vinha ocorrendo em outras regiões do país, os processos de urbanização, expansão econômica, investimento em infraestrutura e modernização vinham ocorrendo a passos largos. Tais mudanças, entretanto, não chamavam a atenção dos imigrantes japoneses. Enquanto a modernização do estado ainda estava presente no discurso de Juscelino Kubitschek quando fora governador de Minas, São

Paulo crescia em importância, com novas indústrias e investimento estrangeiro. O tipo de imigração japonesa que Minas recebeu a partir da segunda metade da década de 50 e que se estendeu até o final dos anos 70 foi o que Kehdy e Silva (2008) chamam de “Imigração de Capital-Tecnologia-Executivos”. Esse trinômio começou a ganhar destaque em Minas quando os governos mineiros, ao incentivarem a industrialização do estado, buscaram realizar parcerias com empresas japonesas. A construção da Usiminas, em Ipatinga, é um marco dessa fase nascente de investimentos. A partir daí os acordos entre empresas mineiras e japonesas cresceram. Inúmeros empreendimentos foram feitos em diversas regiões do estado através de empresas japonesas, que enviavam técnicos e executivos, com o objetivo de aprimorar o trabalho por elas aqui realizado (KEHDY, M.; SILVA, D. 2008).

Os empresários japoneses vinham com suas famílias, mas era um número pequeno para influenciar no tamanho da comunidade japonesa do estado. Com o passar dos anos, muitos postos que eles ocupavam foram substituídos por trabalhadores brasileiros. Já na década de 1980, com o início da crise econômica que assolou o Brasil, o investimento de firmas japonesas em Minas decresceu, e os imigrantes do trinômio “Capital-Tecnologia-Executivos” retornaram ao Japão (KEHDY, M.; SILVA, D. 2008). Apesar de ter sido pequena quando comparada a São Paulo e outros estados como Paraná e Pará, a imigração japonesa deixou também suas marcas na produção agrícola mineira, como será abordado posteriormente.

3 – A participação dos japoneses na agricultura brasileira

Segundo Lourenção (2015) os japoneses deixaram marcas profundas na agricultura brasileira e auxiliaram de forma considerável no seu desenvolvimento nas últimas décadas. Os principais símbolos dessa contribuição são a ampliação e a diversificação dos produtos cultivados, bem como a organização de cooperativas agrícolas que se tornaram um modelo para o resto da sociedade brasileira. Diversos foram os gêneros alimentícios que os japoneses trouxeram para o país. Houve a introdução de produtos que os brasileiros desconheciam ou pouco tinham conhecimento, como a soja, o feijão *azuki*, nabo, rabanete, batata-doce, inhame e cebolinha. Além disso, os japoneses passaram a se dedicar ao cultivo de gêneros que os brasileiros já produziam, como os mais diversos tipos de frutas e vegetais (LOURENÇÃO, G. 2015). Grandes quantidades de terras foram compradas em diversos estados pelas cooperativas de japoneses, onde as famílias de imigrantes se estabeleceram e deram início à uma rica produção. De acordo com Lourenção (2015), a produção agropecuária nas terras dos imigrantes dependia da região onde se encontravam. Em algumas, ao invés da produção de grãos e leguminosas, destacou-se a criação do bicho-da-seda e a avicultura. Com o apoio do governo japonês, através de doação financeira para compra de terras e insumos, as famílias se organizaram em cooperativas com o objetivo de comercializar seus produtos com maior facilidade e lucratividade.

Em um estudo sobre as propriedades que atuavam como unidades produtoras no meio rural do estado de São Paulo, Tsunehiro e Pino (2013) apresentam que no final da década de 1990, 5% dessas propriedades eram de japoneses/descendentes, e estavam presentes em 84% dos municípios do estado. Os dados referentes à produção dessas propriedades indicam que a produtividade era, em grande parte, de gêneros agrícolas, havendo uma utilização de mais de 50% do território do imóvel com esse fim. A criação de animais era quase restrita a avicultura de postura, onde os japoneses possuíam uma participação muito ativa. No período, 62% das cabeças de galinhas e 52% das cabeças de codornas destinadas à postura de ovos estavam em propriedades Nikkei. Em alguns gêneros agrícolas, a produção das propriedades de japoneses e descendentes correspondia a proporção considerável da quantidade total produzida nos domicílios rurais do estado, como chá (56%), brócolis (44%), alface (46%), couve (48%), beterraba (48%) e abacaxi (28%). As propriedades Nikkei também apresentavam, em relação

às outras, maior participação em cooperativas, maior uso de crédito rural, e emprego de sementes melhoradas e irrigação (TSUNECHIRO, A.; PINO, F. 2013).

No cerrado do planalto central, os japoneses também se fizeram presentes. Com a construção de Brasília, houve uma grande preocupação por parte da Novacap em como garantir o abastecimento da cidade nascente, tendo em vista que a terra era de difícil cultivo. Já em 1957, chegaram as cinco primeiras famílias de japoneses com o objetivo de cultivar o terreno da nova capital federal. Apesar das dificuldades, foi-se construindo um próspero cinturão verde em torno de Brasília, onde muitas famílias japonesas ainda participam ativamente (FEANBRA, 2008). Com o trabalho dos imigrantes japoneses, a produtividade agrícola na região cresceu e, para diversos gêneros agrícolas como feijão, milho, batata e morango, a produtividade local é consideravelmente maior que a média nacional, graças às técnicas aplicadas pelos colonos japoneses. A soja, que hoje é a maior riqueza do agronegócio brasileiro, embora já fosse conhecida dos brasileiros no final do século XIX, foi popularizada pelos imigrantes que, além de utilizá-la na alimentação, empregaram técnicas trazidas do Japão para potencializar sua produção contribuindo para o grande destaque que a soja brasileira conquistou no mercado internacional.

Em Minas Gerais, a atividade agrícola dos japoneses começou no início da década de 1910 e consolidou-se com a fundação do Sindicato Agrícola Nipo-Brasileiro em 1919 em Uberaba, que atuava de forma pioneira na região com o sistema de cooperativa. Nos anos seguintes, diversas fazendas japonesas surgiram onde havia núcleo de imigrantes, com grande importância na alimentação das cidades próximas. Na década de 1970, a criação da Prodecer em Paracatu por empresários ligados ao governo Japonês contribuiu positivamente para a produção agrária na região. O Projeto Jaíba, criado na década de 1950 pelo governo federal e reformulado nos anos 1970, recebeu grandes investimentos por parte do governo japonês, que também apoiou outros projetos no cerrado mineiro e que ainda contribuem positivamente nas economias locais (LOURENÇÃO, G. 2015). Ainda hoje, diversas regiões de Minas Gerais se destacam na agricultura graças aos japoneses, seja na forma de mão-de-obra, seja na forma de financiamento, garantindo boa produtividade e renda para as famílias locais. Em cidades do Norte de Minas e Alto Parnaíba, por exemplo, a prosperidade que veio com os imigrantes japoneses persiste: a produção de hortifrutigranjeiros, com destaque para as frutas, marca a paisagem de cidades como Janaúba, Pirapora e Carmo do Paranaíba.

METODOLOGIA

1 - Fonte dos dados

Os dados utilizados nesta pesquisa são provenientes do “Censo - O Imigrante Japonês no Brasil” (1958). Este Censo foi conduzido entre janeiro de 1958 e setembro de 1959, através de uma parceria entre líderes da comunidade japonesa no Brasil e o governo japonês, tendo recebido suporte técnico do IBGE. Informações complementares foram incorporadas em 1962 e os resultados finais foram publicados em um livro de tabulações em 1964 pela University of Tokyo Press. 66.637 famílias foram entrevistadas, somando um total de 438.719 indivíduos recenseados na comunidade Nikkei, dos quais foram obtidas informações como estrutura familiar, religião, atividade econômica e comportamento migratório (SUZUKI, T. 1969).

Apesar de fornecerem informações bastante valiosas, permitindo traçar as características sociodemográficas dos imigrantes japoneses em todo o país, os dados do Censo apresentam muitas limitações, sendo que algumas delas ferem os requisitos básicos para que o levantamento possa ser considerado, de fato, um censo. Não há informações sobre data de referência da entrevista, o que impede que haja certeza da simultaneidade do levantamento. Não

houve pelo menos mais um censo do tipo, impedindo a identificação de erros censitários, o acompanhamento do fluxo migratório e a comparação com outros anos. É sabido que os planejadores do Censo tiveram dificuldades para criar as zonas censitárias, mapear as regiões onde haviam imigrantes e também para mobilizar a população Nikkei sobre a participação no levantamento (SUZUKI, T. 1969). Diversos indicadores apresentam inconsistência no número de indivíduos e estima-se que houve dupla enumeração para muitos deles, dada a mobilidade na colônia no período. Somam-se a esses fatores, outras questões clássicas que comumente ocorrem quando um censo é realizado, como subenumeração de indivíduos, erros e omissão na declaração de diversas informações.

Dessa forma, o Censo do Imigrante Japonês possui limitações que não devem ser ignoradas e qualquer resultado obtido a partir dele deve ser interpretado de forma bastante crítica. Tendo conhecimento desses fatos, o Censo pode ser utilizado para diversos estudos, tendo em vista que apresenta uma riqueza de informações que não podem ser obtidas em outra fonte. Mesmo com seus resultados limitados, o Censo pode ser considerado um marco para o estudo da imigração japonesa no Brasil.

Quanto à classificação dos dados, eles são do tipo tabulados, ou seja, não podem ser desagregados e recombinaados da forma que o pesquisador achar proveitosa. Assim, as informações são extraídas das tabulações prontas e que não podem ser alteradas.

2 - Metodologia

O fato dos dados serem agregados e de não haver outro Censo para que a evolução das informações possa ser acompanhada no tempo, limita bastante o tipo de metodologia a ser aplicada. Optou-se então pelo método de Análise Descritiva. Dessa forma, os dados considerados pertinentes a esta pesquisa são apresentados na forma de gráficos e tabelas, e os resultados encontrados são explorados junto à bibliografia existente. Espera-se que essa forma de analisar os resultados permita entender melhor como se deu a participação da população Nikkei na agricultura brasileira e mineira. Como o Censo do Imigrante Japonês ainda foi pouco utilizado em pesquisas acadêmicas, essa metodologia, ainda que mais simples do que a utilização de métodos econométricos e demográficos, pode contribuir para a construção da história econômica por trás da imigração japonesa no Brasil.

RESULTADOS

Os resultados foram divididos em três partes. Na primeira, é feita uma breve análise da composição da força de trabalho envolvida no setor agrícola. Na segunda, são exploradas as características da produção desses trabalhadores à nível nacional, chamando atenção para alguns estados de maneira geral. Na terceira, são exploradas as características dessa produção agrícola em Minas Gerais.

A) Perfil da população Nikkei envolvida no trabalho agrário

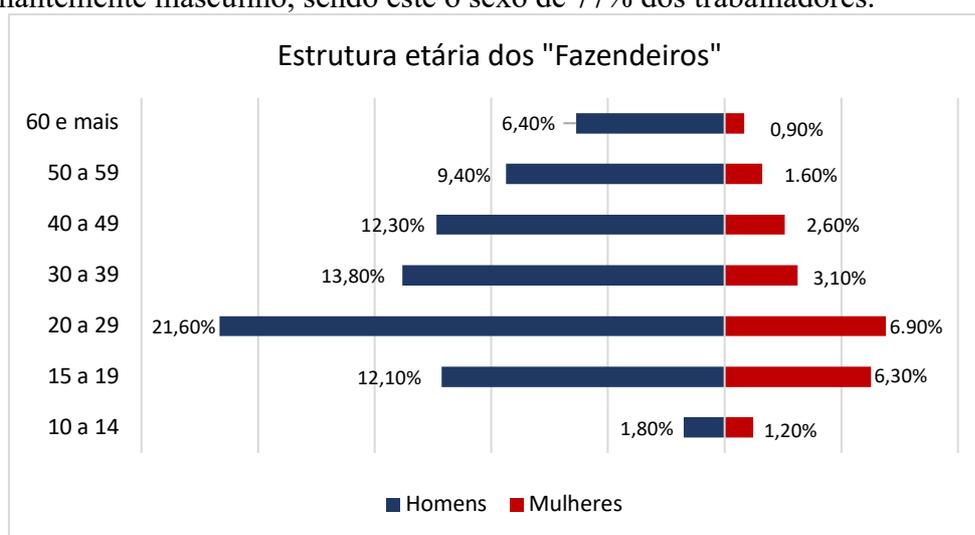
O Censo considerou como População em Idade Ativa (PIA), aqueles que possuíam 10 anos ou mais. Assim, dos 438 mil japoneses e descendentes que residiam no Brasil, 313.680 eram PIA e destes, 151.117 (48,17%) estavam na força de trabalho (PEA). O Censo agrupou a PEA em três categorias: "Fazendeiros", "Não fazendeiros" e "Ambos", como apresentado na Tabela I. Os "Fazendeiros" eram todos aqueles que se envolviam no trabalho agrário, enquanto os "Não fazendeiros" eram todos aqueles que estavam ocupados em outros setores. "Ambos" eram os trabalhadores que exerciam atividades tanto no setor agropecuário quanto nos outros. Neste trabalho, apenas os "Fazendeiros" serão considerados para fins analíticos.

Tabela I - Divisão Ocupacional da PEA	
Fazendeiros	55,80%
Não fazendeiros	42,40%
Ambos	1,80%
Total	100%

Fonte: Censo do Imigrante Japonês (1964)

Como os dados indicam, no final da década de 1950 a maioria da população Nikkei estava envolvida no trabalho agrícola. Entretanto, uma proporção considerável da comunidade estava inserida em outros tipos de atividade. Diferente dos “Não-fazendeiros”, a maioria dos fazendeiros era de imigrantes. Dos 84.408 trabalhadores do setor agrícola, 54,8% deles haviam nascido no Japão, enquanto os 45,2% restantes eram descendentes nascidos no Brasil. Quando se considera apenas os fazendeiros que ocupavam a posição de chefe de domicílio, a proporção de japoneses era ainda maior: 90% haviam nascido no arquipélago. É interessante notar que, dos chefes de domicílio que haviam nascido no Japão, 82% deles haviam chegado no Brasil antes de 1941, sendo o período de 1933 a 1941 a época de fluxo migratório mais intenso reportado por essa categoria profissional.

O Gráfico I abaixo apresenta a Pirâmide Etária dos fazendeiros. Esse era um trabalho predominantemente masculino, sendo este o sexo de 77% dos trabalhadores.



Fonte: Censo do Imigrante Japonês (1964)

Com relação ao local de residência, dados referentes aos fazendeiros chefes de domicílio, indicam o que já era esperado: a maioria absoluta dos trabalhadores agrícolas (93,8%) residia no meio rural, onde essas atividades podiam ser desenvolvidas de forma mais intensa. Outra questão pertinente é o *status* do trabalhador agrícola com relação ao seu trabalho. Embora o Censo não deixe claro qual o critério para cada categoria dessa variável, é notório como a maioria desses trabalhadores se classificava como “Trabalhador familiar”. É um padrão semelhante ao que se observa até hoje nos estabelecimentos agrícolas do Brasil, onde uma parte considerável dos trabalhadores apresenta vínculo familiar com o dono da unidade produtora. Como observado na Tabela II, apesar das famílias de trabalhadores ainda serem a categoria mais forte, existe uma fração considerável de trabalhadores que atuavam por conta própria e daqueles que alugavam ou arrendavam um pedaço de terra para ter sua própria produção.

Tabela II - Divisão ocupacional dos fazendeiros

Família de trabalhadores	59,40%
Conta própria	21,70%
Locatário	10,30%
Arrendatário	4,50%
Colono	3,80%
Administrador	0,30%
Total	100%

Fonte: Censo do Imigrante Japonês (1964)

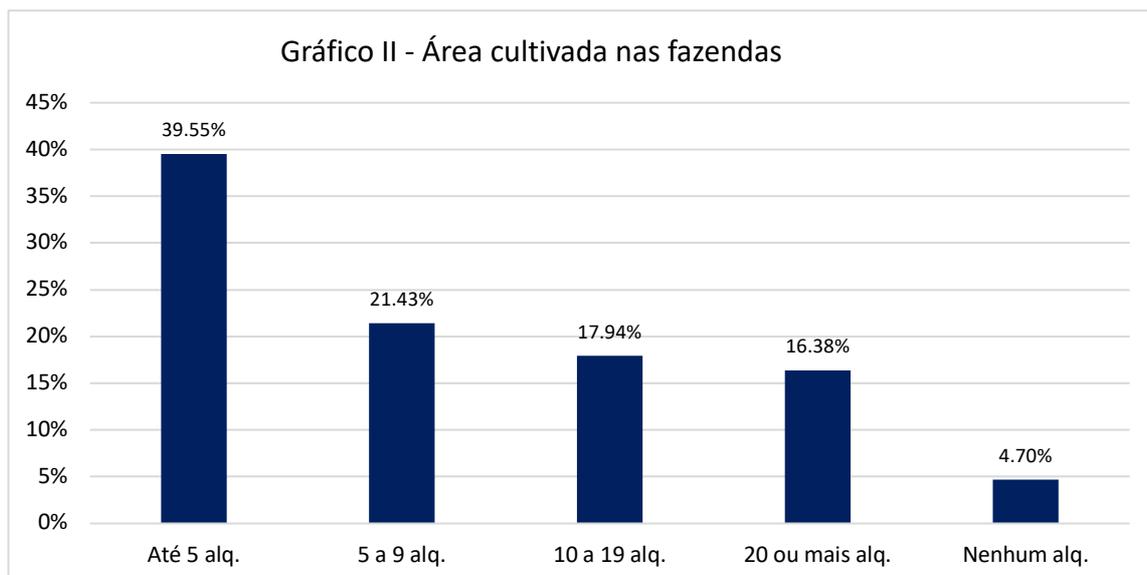
Infelizmente, os dados do Censo não permitem estratificar as informações dos trabalhadores por geração, mas a literatura existente pode ajudar a entender melhor esses dados. Nos primeiros anos de imigração, os imigrantes eram, em sua maioria, famílias de trabalhadores, que vinham para trabalhar em conjunto na terra de outra pessoa. Com o passar dos anos, alguns japoneses conseguiram juntar dinheiro para comprar ou alugar um pedaço de terra onde pudessem produzir de forma autônoma com sua família, sem ser empregado do proprietário. Além disso, o governo japonês financiou a compra de diversas terras onde os imigrantes e suas famílias eram os próprios colonos, agrupados em cooperativas agrícolas e sindicatos (NAGAOKA, F.2008). Os dados indicam que, não só os japoneses estavam mais prósperos nos anos 1950 com relação aos anos 1910 no sentido de não atuarem exclusivamente como empregados, como também mais de 1/5 deles atuava por conta própria, provavelmente como braçais diaristas em terras alheias. Por questão de dados, não é possível saber qual a proporção de trabalhadores familiares eram donos da própria terra e nem se havia diferença entre eles e as demais categorias com relação ao uso de mão-de-obra não-familiar.

Em conclusão, a imagem clássica do Nikkei alocado no setor agrícola no final da década de 1950 era a de um homem entre 20 e 29 anos; nascido no Japão e que havia imigrado antes dos anos 1940; residente no meio rural e que estava envolvido com outros membros familiares no trabalho das fazendas, sendo que muitos deles trabalhavam por conta própria ou alugavam/arrendavam a terra em que cultivavam. Esse trabalhador Nikkei, junto de sua família, em todos os cantos do Brasil, foi responsável por trazer grandes contribuições para a agricultura brasileira e que influenciaram o posterior desenvolvimento do agronegócio do país. As características da produção agrícola dessa população nipo-brasileira serão abordadas na próxima sessão.

B) Características da produção agrícola Nikkei

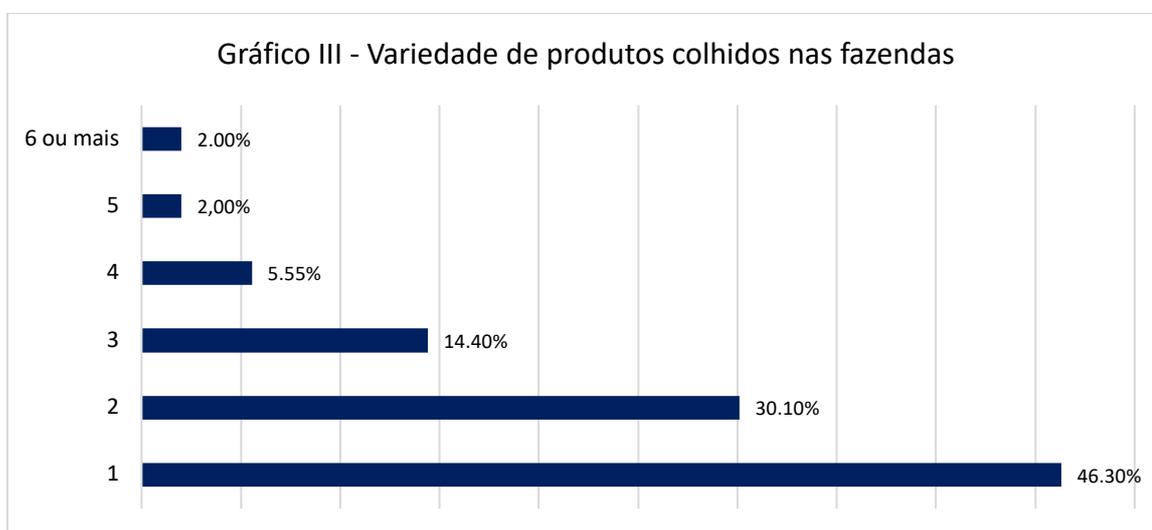
A produção dos imigrantes japoneses ocupava um espaço considerável. No total, 18.492 alqueires paulistas (alq: 24.000 m²) estavam sendo cultivados em todo o país por cerca de 35 mil famílias, a maioria delas (25 mil) residentes no estado de São Paulo e no Paraná (7 mil). Em Minas Gerais viviam apenas 312 famílias produtoras. (0,9%)

Como pode ser visto no Gráfico II, a área cultivada nas fazendas não era grande. A maioria delas utilizava até 5 alqueires, embora uma proporção considerável delas ocupasse mais de 20 alqueires com a produção. Algumas delas não registraram produtividade.



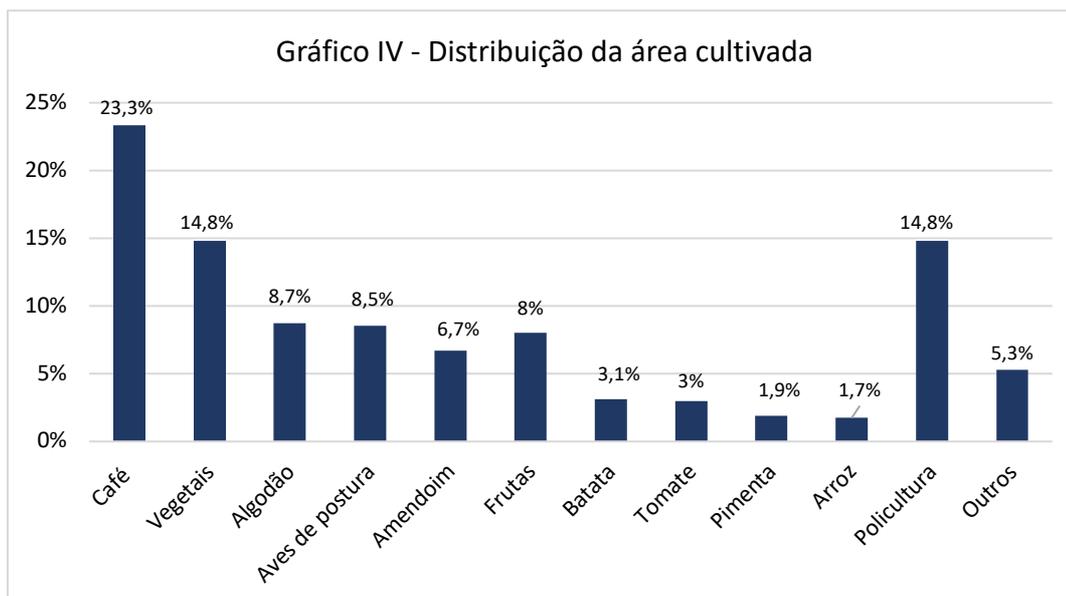
Fonte: Censo do Imigrante Japonês (1964)

O espaço limitado do cultivo nas fazendas ajuda a explicar porque a maioria delas (90,80%) se limitava a produzir no máximo três variedades de produtos agrícolas, como apresentado no Gráfico III. Com pouco espaço e o desejo de maximizar os ganhos com a produção, é de se esperar que as famílias preferissem se especializar em alguns poucos gêneros, para que pudessem dar maior atenção a eles. Apenas 2% das famílias produziam 6 ou mais produtos e, embora não seja possível cruzar os dados, é de se esperar que essas sejam as famílias que viviam nas fazendas com grande número de alqueires. Quase metade delas, contudo preferia cultivar apenas uma variedade de gênero.



Fonte: Censo do Imigrante Japonês (1964)

Grande parte dos alqueires ocupados eram destinados a alguns poucos gêneros agrícolas. O café era, de longe, o produto mais cultivado. Em conjunto, frutas e vegetais também possuíam grande espaço, com dois deles tratados separadamente, devido seu papel importante no espaço agrícola: tomates e batatas. A criação de aves para postura (normalmente galinhas e, em menor grau, codornas), também recebia espaço considerável. Além disso, a proporção de terras dedicadas à policultura não é negligenciável, indicando que em algumas fazendas a produção de diversos gêneros agrícolas era uma atividade importante ao longo do ciclo produtivo do ano, como demonstrado no Gráfico IV.



Fonte: Censo do Imigrante Japonês (1964)

Para cultivar em tamanho território, os imigrantes japoneses usavam diversas técnicas que, posteriormente, foram absorvidas pelos agricultores brasileiros. Em todas as regiões do país para onde existem dados, os agricultores Nikkei aliavam trabalho humano, trabalho animal e maquinários, como pulverizadores, moto-cultivadores e tratores. Em algumas regiões, os tratores eram empregados em mais da metade das unidades produtivas (em especial naquelas onde o cultivo ultrapassava 20 alqueires), chegando a superar o uso de trabalho animal e humano, como mostra a Tabela III para regiões selecionadas. Ainda com relação ao trabalho humano, a maioria das fazendas japonesas contratava mão-de-obra, seja ela temporária ou não, com a principal demanda sendo entre 1 e 9 trabalhadores contratados.

Tabela III - Principal meio de cultivo nas fazendas por região

Região	Trabalho humano	Trabalho animal	Pulverizador	Moto-cultivadores	Tratores	Total
São Paulo	50,00%	0,00%	12,50%	25,00%	12,50%	100,00%
Cercanias de São Paulo	12,00%	8,00%	20,00%	8,00%	52,00%	100,00%
Litoral	54,50%	13,60%	0,00%	4,60%	27,30%	100,00%
Vale do Paraíba	5,26%	5,26%	10,53%	10,53%	68,42%	100,00%
Noroeste	11,90%	59,52%	0,00%	0,00%	28,58%	100,00%
Sul de São Paulo	5,30%	42,10%	7,90%	0,00%	44,70%	100,00%
Barretos	10,50%	21,00%	5,30%	0,00%	63,20%	100,00%
Norte do Paraná Velho	50,90%	12,70%	0,00%	0,00%	36,40%	100,00%
Mato Grosso	55,89%	35,29%	0,00%	2,94%	5,88%	100,00%
Norte do Brasil	37,50%	0,00%	5,00%	12,50%	45,00%	100,00%

Fonte: Censo do Imigrante Japonês (1964)

O uso de fertilizantes também era amplamente empregado, seja através do uso isolado ou da combinação de fertilizantes verdes/de curral com fertilizantes químicos. Os resultados indicam que essa prática persistiu ao longo do tempo na comunidade, como uma marca da busca por maior rendimento. Como indica o estudo de Tsunehiro e Pino (2013), em 1996, 48% das unidades rurais produtoras de proprietário Nikkei faziam adubação verde/orgânica, bem como análise de solo (50%) e usavam sementes melhoradas (53%), valores maiores que as unidades de produtores não-Nikkei, respectivamente, 31%, 44% e 46%. Com exceção do Mato Grosso,

em todas as regiões analisadas o uso de fertilizantes era empregado em mais de 68% das unidades produtoras, como mostrado na Tabela IV

Tabela IV - Uso de fertilizantes nas fazendas por região

Região	Nenhum	Verde/de Curral	Químicos	Ambos os tipos	Total
São Paulo	0,00%	0,00%	12,50%	87,50%	100,00%
Cercanias de São Paulo	4,00%	12,00%	28,00%	56,00%	100,00%
Litoral	22,70%	13,60%	54,50%	9,10%	100,00%
Vale do Paraíba	5,26%	5,26%	5,26%	84,22%	100,00%
Noroeste	19,10%	7,10%	35,70%	38,10%	100,00%
Sul de São Paulo	18,40%	5,30%	71,10%	5,30%	100,00%
Barretos	31,60%	5,30%	57,90%	5,30%	100,10%
Norte do Paraná velho	29,10%	32,70%	29,10%	9,10%	100,00%
Mato Grosso	67,55%	17,65%	8,82%	5,88%	100,00%
Norte do Brasil	5,00%	7,50%	0,00%	87,50%	100,00%

Fonte: Censo do Imigrante Japonês (1964)

A mistura de aparatos como os tratores, o uso do trabalho animal aliado ao trabalho humano, o emprego de fertilizantes e de técnicas de seleção de espécies mais produtivas era uma novidade para os agricultores brasileiros. Essas práticas, incorporadas na agricultura nacional pelos imigrantes japoneses, possibilitaram que, em alguns anos, o setor agrícola brasileiro pudesse se tornar mais diversificado e rentável, superando antigos problemas de escassez. Mas antes que os brasileiros aprendessem tais procedimentos, foram os japoneses que os empregaram muito bem, contribuindo para reduzir a carência de alimentos no país, dado que muitos produtos cultivados pela colônia correspondiam a uma parte importante da produção nacional.

A Tabela V seguinte apresenta o comparativo entre a produção de diversos gêneros agrícolas, com a quantidade à nível nacional, a quantidade produzida pela colônia e qual a participação desta última na primeira. O Censo listou 15 gêneros, existindo informação completa para 10 deles.

Tabela V - Participação da agricultura Nikkei na agricultura nacional

Produto	Produção nacional	Produção da colônia	Participação da colônia na produção nacional
Café	1.409.304	83.196	5,90%
Algodão	1.177.369	136.329	11,60%
Juta	32.929	1.502	4,60%
Arroz	4.150.951	39.597	2,30%
Amendoim	191.621	74.830	39,00%
Tomate	300.318	185.238	61,70%
Batata	998.993	269.902	27,00%
Frutas	13.443.644	390.676	2,91%
Banana	233.270.000	12.452.420	5,30%
Ovos	470.547.000	54.684.480	11,62%

* Com exceção das frutas (1.000 cruzeiros), das bananas (cachos) e dos ovos (dúzias), todos os demais produtos são medidos em toneladas

Fonte: Censo do Imigrante Japonês (1964)

Como apresentado na tabela acima, os japoneses cultivavam diversos alimentos que já faziam parte da mesa dos brasileiros. É interessante notar como para metade deles, a produção da colônia tinha um papel importante, correspondendo a mais de 10% do total nacional. Quando se compara o tamanho da população Nikkei com a população do Brasil, chama a atenção como um grupo tão pequeno da população produzia essa quantidade vultuosa de alimentos. Estima-se que em 1959, a população do país era de 70 milhões de habitantes dos quais apenas 438 mil (0,63%) eram Nikkei. Dessa forma, pouco mais de 0,5% da população do Brasil produzia mais de 10% diversos gêneros agrícolas. Merece destaque a grande produção de tomates, um fruto bastante frágil e que exige cuidados especiais no cultivo; a produção de amendoim, usado em diversos doces tradicionais da culinária brasileira; o algodão, utilizado pela indústria na confecção de tecidos; os ovos e até mesmo a banana, fruta típica do país e sempre muito presente na alimentação da população.

Embora o Censo não traga informações comparativa para os outros vegetais em conjunto, ele apresenta o valor da produção do referido gênero pelos japoneses: quase 1,5 bilhões de cruzeiros, valor intermediário entre o da produção de ovos (1,9 bilhões) e a de arroz (1,1 bilhão). É interessante notar que a produção de café pelos Nikkei não chegava à 6% da produção nacional, sendo um indicativo de que, naquele período, passados 50 anos do início da imigração, o café já não era mais o produto principal do trabalho dos imigrantes e que esses trabalhadores, ao longo dos anos, diversificaram suas atividades agrícolas. Em valor de produção, o café era o segundo produto mais valioso (Cr\$ 2,9 bilhões), mas muito abaixo do produto mais valioso para a colônia, que era o algodão. A produção deste último chegava ao valor de 16,6 bilhões de cruzeiros.

Refletindo a grande heterogeneidade na dispersão dos imigrantes pelo território nacional, a produção agrícola dessa população estava bastante concentrada em dois estados, sendo eles São Paulo e, em menor grau, Paraná, como mostrado na Tabela VI. A participação da agricultura Nikkei na agricultura desses dois estados era muito mais alta que a média nacional, indicando como a imigração de japoneses teve grande impacto na economia local. Como exemplo, a produção de algodão pelos Nikkei paulistas correspondia a 26,77% do total do estado, mais do dobro da média nacional. O mesmo acontecia com produtos como os tomates (93%), batatas (68%), bananas (22%) e ovos (37%).

Tabela VI - Distribuição territorial da produção agrícola Nikkei

Produto	São Paulo	Paraná	Mato Grosso	Goiás	Minas Gerais	Rio de Janeiro e Guanabara	Outras regiões	Total
Café	51,3%	45,9%	1,9%	0,9%	0,0%*	0,0%*	0,0%*	100,0%
Algodão	84,4%	15,2%	0,2%	0,2%	0,0%*	0,0%	0,0%	100,0%
Chá	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Pimenta	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	99,7%	100,0%
Arroz	84,0%	6,2%	6,1%	0,0%*	1,7%	0,1%	1,8%	100,0%
Amendoim	94,9%	4,5%	0,2%	0,3%	0,1%	0,0%	0,0%	100,0%
Vegetais	77,7%	7,8%	1,6%	1,0%	3,8%	6,2%	1,9%	100,0%
Tomate	79,2%	4,4%	0,5%	0,7%	2,0%	12,2%	0,8%	100,0%
Batata	91,4%	5,5%	0,0%*	0,0%*	2,6%	0,3%	0,2%	100,0%
Frutas	89,7%	3,7%	0,2%	0,6%	0,2%	2,7%	2,9%	100,0%
Banana	84,5%	2,4%	11,1%	0,0%	0,0%*	1,5%	0,1%	100,0%
Ovos	95,7%	2,8%	0,0%*	0,0%	0,0%*	1,1%	0,3%	100,0%
Outros	73,2%	19,7%	0,9%	0,9%	1,2%	1,2%	2,8%	100,0%

* Valor menor que 0,1%

Fonte: Censo do Imigrante Japonês (1964)

Até mesmo dentro do estado de São Paulo, a produção variava muito entre as regiões. As grandes regiões de Marília, Araçatuba e Presidente Prudente eram, de longe, as regiões campeãs no cultivo da maioria dos gêneros, e também as que mais lucravam no setor agrícola, estando atrás apenas da Cercania de São Paulo e bem a frente até mesmo de São Paulo capital, sendo também as regiões com a maior presença de famílias de imigrantes agricultores. Na grande região de Marília, na época a terceira maior produtora de ovos, atrás apenas das Cercanias e da Capital, se encontrava a cidade de Bastos que se transformou nas décadas seguintes, na maior produtora nacional de ovos, com uma produção anual de 400 milhões de dúzias avaliada em quase 1 bilhão de reais (CENSO AGRO, 2017). O estado de São Paulo segue também sendo o maior produtor nacional de ovos, resultado da grande quantidade de granjas fundadas por japoneses ao longo do século passado. No contexto da rápida industrialização e crescimento populacional de São Paulo a partir dos anos 1950, a produção agrícola pela comunidade japonesa foi de fundamental importância no abastecimento do estado e na segurança alimentar de sua população.

Com exceção do Paraná, que apresentava alta produção de café e ocupava a segunda posição em quase todos os outros gêneros cultivados, a produção japonesa em outros estados correspondia a uma fração muito pequena da produção Nikkei a nível nacional. O atual estado do Rio de Janeiro apresentava bons resultados na produção de tomates e demais vegetais, enquanto praticamente toda a produção de pimenta se concentrava no estado do Pará. Como indicam os dados atuais, a cidade paraense de Tomé-Açu, onde houve uma próspera colônia japonesa, continua sendo a maior produtora de pimenta do reino no estado e uma das maiores do país, sendo o gênero agrícola que destacava a comunidade japonesa local do resto do país (SEDAP, 2021).

Com relação ao estado do Mato Grosso, as regiões mais produtivas no período se encontram no atual estado do Mato Grosso do Sul. As correspondentes regiões abrigavam 77% da comunidade japonesa do então único estado, e a maior lucratividade do setor agrícola Nikkei vinha de Campo Grande e do seu entorno, com uma participação importante de Dourados e demais municípios da região. As terras do atual Mato Grosso do Sul concentravam 86% da renda da agricultura japonesa do estado no período, sendo uma das colônias Nikkei com maior retorno financeiro na época. A trajetória dos japoneses na região mato-grossense trouxe grandes contribuições para a exuberante produção agrícola que a região apresenta atualmente. Ainda hoje, nos dois estados os descendentes desses imigrantes japoneses ocupam espaço em diferentes setores econômicos e possuem ativa participação social, contribuindo em áreas que vão além da economia tal qual exposto por Iwamoto e Sarat (2014) e Ebenritter (2017).

C) Características da produção agrícola Nikkei em Minas Gerais

Em Minas Gerais, o Censo contabilizou 2.878 imigrantes e descendentes em um total de 71 municípios, sendo eles divididos em quatro regiões censitárias: “Triângulo Mineiro” (10), “Sul de Minas” (28), “Eixo Belo Horizonte- Barbacena” (17) e “Outras Partes” (16). Alguns desses municípios eram: Araguari, Uberlândia e Uberaba (Triângulo); Alfenas, Pouso Alegre, Três Corações e Varginha (Sul); Belo Horizonte, Barbacena, Juiz de Fora e Ouro Branco (Eixo Belo Horizonte) e Corinto, Curvelo, Patos de Minas, Patrocínio e Teófilo Otoni (Outras). A região do Triângulo, era, de longe, a com maior número de membros da colônia (1.124). De todas as cidades no estado, Uberlândia abrigava a colônia mais numerosa: 558 indivíduos.

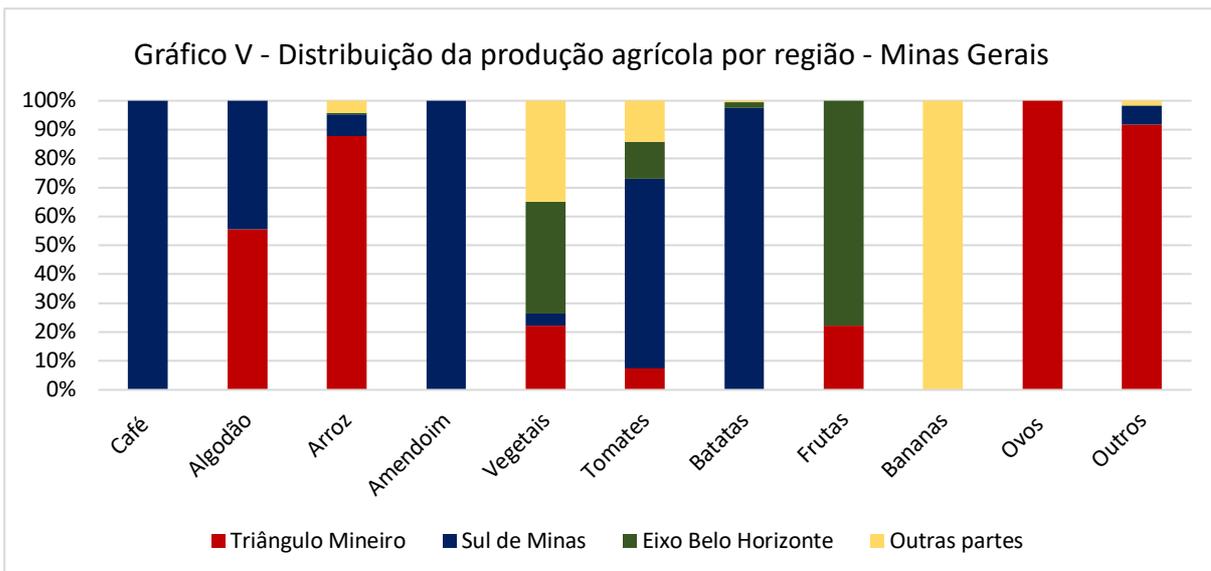
Não sendo o estado mais procurado pelos imigrantes que decidiam trocar São Paulo por outras localidades, Minas Gerais abrigava uma quantidade muito pequena de japoneses e,

consequentemente, de indivíduos que se dedicavam ao setor agrícola. Como explorado na Tabela VI, embora os produtores cultivassem 11 gêneros agrícolas dos classificados pelo Censo, em nenhum deles a produção assumia valor importante dentro do total nacional da colônia. O único gênero que merece destaque é o de “Vegetais” seguido, bem de longe, pelas batatas. Apesar do levantamento não trazer comparativos da produção Nikkei mineira com a produção à nível estadual da população local, ele traz resultados interessantes para este trabalho.

Tabela VII - Produção em Minas Gerais	
Produto	Quantidade
Batatas	114.950 sacos
Arroz	26.244 sacos
Amendoim	2.800 sacos
Café	500 sacos
Vegetais	53.891.000 cruzeiros
Outros	14.446.000 cruzeiros
Frutas	720.000 cruzeiros
Tomate	126.030 caixas
Ovos	100 caixas
Algodão	1.800 arrobas
Banana	500 cachos

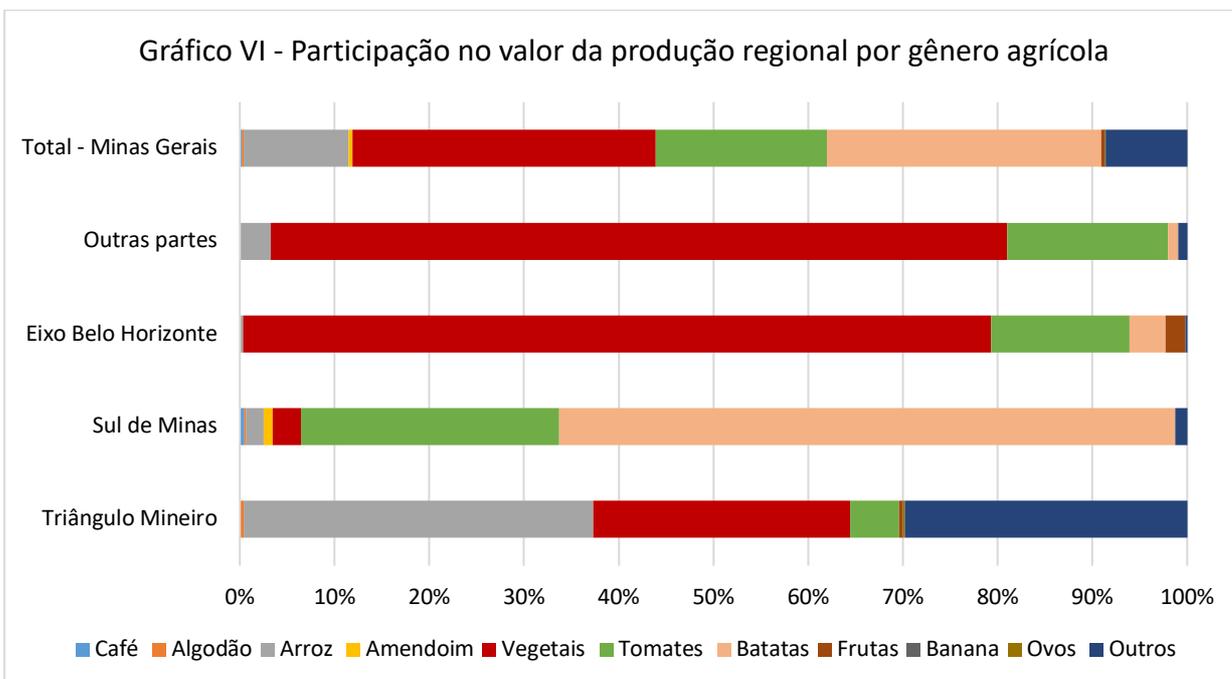
Fonte: Censo do Imigrante Japonês (1964)

No início dos primeiros assentamentos de japoneses em Minas Gerais, o arroz foi o gênero mais cultivado e continuou sendo um produto importante na produção local embora nos anos 1950 as batatas já apresentassem uma quantidade de sacos muito maior do que o referido grão. O Triângulo, tendo recebido os primeiros arrozais em 1910, ainda respondia por quase 90% da produção de arroz, sendo esta colheita responsável por cerca de 40% do lucro dos produtores da região. O café era, de longe, o grão menos cultivado sendo também um dos gêneros menos lucrativos para os produtores Nikkei do estado, estando sua produção toda concentrada no Sul de Minas. A quantidade de ovos também era muito pequena ao passo que os tomates, concentrados no Sul, apresentaram relativo sucesso. O grande trunfo dos produtores do estado era a produção de vegetais, bastante concentrada no Eixo Belo-Horizonte e em Outras partes. O Gráfico V apresenta a distribuição da agricultura Nikkei no estado.



Fonte: Censo do Imigrante Japonês (1964)

O Triângulo e o Sul eram as regiões mais dinâmicas. Das 11 categorias, 7 estavam presentes na primeira e 8 na última. Outras partes registraram 5 categorias e o Eixo Belo Horizonte, apenas 4. Ao concentrar a maior variedade de gêneros agrícolas, em especial aquelas de maior valor de mercado, as duas principais regiões eram as mais rentáveis para a colônia. Com a menor lucratividades, “Outras partes” se destacava apenas no cultivo de bananas e apresentava um desempenho razoável nos vegetais. O Eixo Belo Horizonte também não se saía muito melhor. Seu destaque era na produção de frutas e de vegetais, contribuindo para fortalecer o cinturão verde ao redor de Belo Horizonte. Mais de 80% do lucro do Eixo vinha da produção de vegetais, valor pouco maior do que em Outras partes. A diversidade de gêneros na balança comercial agrícola de cada região pode ser vista no Gráfico VI.



Fonte: Censo do Imigrante Japonês (1964)

Enquanto no Eixo e Outras quase 80% do valor da produção era proveniente de vegetais, a participação destes é bem mais singela nas outras duas regiões e na média estadual. À nível

estadual, os vegetais eram o gênero mais lucrativo, seguido das batatas e, bem atrás, pelos tomates. As batatas correspondiam a 2/3 do valor no Sul, sendo que estas tinham tanta importância econômica na produção local quanto os vegetais tinham no Eixo e em Outras. O Triângulo era a única região censitária onde o valor da produção agrícola era mais balanceado entre os gêneros registrados, havendo uma participação muito próxima do valor de produção do arroz, dos vegetais e de outros gêneros.

Os valores encontrados da produção em cada local reforçam a bibliografia existente tanto sobre a imigração japonesa no estado quanto da própria trajetória da agricultura em Minas Gerais. Sendo o primeiro local de assentamento dos imigrantes japoneses em Minas, a produção de arroz pela colônia no Triângulo Mineiro continuava importante mesmo após cinco décadas do seu início. Já nos anos 1920, Uberlândia era o sétimo maior produtor estadual de arroz e a presença japonesa teve papel importante nesse indicador (OLIVEIRA E SILVA, F.2012). A variedade de produtos cultivados reflete a grande quantidade de imigrantes que a região recebeu quando comparada com o resto do estado. A proximidade com o estado de São Paulo, facilitando o deslocamento e o escoamento da produção da colônia, tornou Uberlândia e as cidades locais como um importante centro para os japoneses em Minas.

No Eixo Belo Horizonte, o tomate já vinha sendo cultivado pelos japoneses desde 1930 e, em 1933, estes deram início à uma grande produção de verduras e legumes, bem como a inserção do até então desconhecido morango, levando o governador mineiro a solicitar a vinda de novas famílias de imigrantes para o estado (COMISSÃO SENADO, 2015). Dados da comissão especial de relações econômicas do senado (2015) indicam que, na década de 1930, mais da metade dos legumes e hortaliças consumidos em Minas eram comprados de São Paulo e, aproveitando esse espaço, os japoneses montaram diversos pontos de comércio desses gêneros na capital, como no Mercado Central, criando-se assim a tradição do cultivo de legumes entre os Nikkei residentes na região. Os dados do Censo indicam que esse processo foi bem-sucedido de tal forma que, a colônia do Eixo continuava tendo como principal atividade lucrativa os vegetais em seu conjunto, incluindo os tomates, batatas e também as frutas.

Com relação as outras regiões, os dados do Censo dão suporte a trabalhos que abordam a importância da produção japonesa no cultivo de vegetais nessas regiões a partir dos anos 1970. A produção encontrada no final dos anos 1950 cresceu em importância para a sociedade como um todo. Em especial nas regiões do cerrado mineiro, a produção foi apoiada por membros da colônia de outros locais do estado, de São Paulo e também do governo japonês (PIRES, M. 2000). Como exemplo, pode-se citar a o início da agricultura irrigada em Pirapora, o projeto Jaíba (onde muitos dos produtores são Nikkei) e também o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP) no município de São Gotardo (SANTANA, L. 2015).

Por fim, pode-se dizer que, embora bastante tímida com relação à produção da colônia no nível nacional, a produção agrícola pelos imigrantes japoneses em Minas Gerais foi de considerável importância para o estado, mesmo sendo uma população tão pequena (2.878) com relação a população estadual (9,9 milhões). Os japoneses se estabeleceram em todas as regiões de Minas, tendo se dedicado a diversos gêneros agrícolas que chegavam à mesa do povo mineiro, em especial os vegetais. Através de parcerias com autoridades locais, estaduais e japonesas, estabeleceram diversos projetos de cultivo que prosperaram até os dias de hoje, tendo beneficiado economicamente não apenas a colônia japonesa, mas diversas famílias, que hoje tiram sua renda da produção de verduras e frutas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil figura hoje entre os cinco maiores produtores de grãos do mundo. A agricultura brasileira e, em maior grau, o agronegócio nacional contribuem para uma fatia importante do PIB, gerando trabalho e renda para milhões de famílias. A produtividade do Brasil é tamanha que é responsável por alimentar quase um bilhão de pessoas ao redor do mundo. Com relação a Minas Gerais, o estado se destaca como o quinto em produção agrícola e aquele com a produção mais diversificada. Entretanto, nem sempre foi assim e, até os anos 1970, o país era um importador de alimentos e vivia episódios de escassez. A produtividade por hectare era pequena e ainda havia pouco conhecimento com relação ao uso da tecnologia no campo.

Nesse contexto, a imigração japonesa para o Brasil representou uma fonte de grande produtividade e conhecimento sobre a prática agrícola, tendo se mostrado bastante benéfica para a economia nacional e, em especial, para o estado de São Paulo, onde se concentraram a maioria dos imigrantes e também a maior parte da produção agrária pela população Nikkei. Os japoneses implementaram no país a ideia de formação de cooperativas, fizeram parceria para projetos destinados ao cultivo do solo, introduziram novas variedades de alimentos na mesa dos brasileiros e contribuíram para reduzir a escassez de alimentos em diversas regiões, dada sua volumosa produção. Não fosse essa considerável participação da agricultura Nikkei na agricultura nacional, o país teria sofrido ainda mais com a escassez de alimentos e talvez não tivesse conseguido aumentar rapidamente sua produção nas últimas cinco décadas.

Embora este trabalho tenha esbarrado na importante questão da limitação de dados tal como fornecidos pelo Censo do Imigrante Japonês, foi possível encontrar resultados que podem ser respaldados pela bibliografia existente sobre o tema. Os dados explorados indicam que a prática da agricultura pela comunidade japonesa no país ocupava uma parte importante no total nacional para diversos gêneros agrícolas, em especial das verduras (com destaque para tomates e batatas) e outros como o algodão e os ovos (único produto de origem animal reportado pelo Censo). A maioria das fazendas/unidades produtoras eram pequenas (até 5 alqueires) e produziam apenas um tipo de gênero agrícola. Para dar conta de tamanha produção em espaços limitados e com solo nem sempre favorável, os imigrantes utilizavam aparatos tecnológicos como tratores e moto-cultivadores e também meios tradicionais como o uso de animais. O uso de fertilizantes também era prática comum, contrastando com as práticas dos agricultores brasileiros. Os dados indicam que, passados cinquenta anos do início da migração, a agricultura Nikkei havia mudado consideravelmente, com o café deixando de ter exclusividade e a pauta

de produtos se tornando cada vez mais diversificada, sendo este o resultado de mudanças no *status* das famílias dos imigrantes quem cada vez mais, eram donos de sua própria produção.

Os poucos dados disponíveis no Censo sobre Minas Gerais indicam que a produção Nikkei no estado, apesar de variada, tinha pouca relevância quando comparada com a produção da colônia a nível nacional. A nível regional, cada uma das quatro regiões censitárias tinha um perfil próprio, com os vegetais correspondendo a quase todo o valor dos produtos cultivados nas duas menos dinâmicas: “Eixo Belo Horizonte” e “Outras regiões”. As regiões do Sul de Minas e do Triângulo Mineiro eram as mais dinâmicas no quesito produtividade, com maior variedade de produtos cultivados e valor da produção. A nível estadual, os vegetais, com destaque para a batata e o tomate correspondiam a maior parte do valor da safra registrada naquele período.

Por fim, é importante ressaltar que, a limitação dos dados não deve ser pretexto para que o Censo do Imigrante Japonês, ainda pouco aplicado nas pesquisas, não seja utilizado. Apoiado em pesquisas qualitativas e na bibliografia já existentes, o Censo se mostra uma rica e importante fonte de informações para a elaboração de diversos indicadores. Tal como foi feito neste trabalho, que pretendeu de forma sucinta construir um pouco da história econômica da imigração japonesa no Brasil e em Minas, ainda há muito para ser feito e aprimorado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, G. (2014). **“A imigração Japonesa no contexto das relações de trabalho em São Paulo no começo do século XX”**. ANPUH-SP: XXII Encontro Estadual de História
- EBENRITTER, A. (2017) **“Imigrantes japoneses no sul de Mato Grosso: desafios na nova terra”**. XXIX Simpósio de História Nacional
- IWAMOTO, V.; SARAT, M. (2014). **“A imigração japonesa no Mato Grosso do Sul: educação, memória e civilidade”** XII Encontro de Pesquisa em Educação do Centro-Oeste
- KEHDY, M.; SILVA, D. (2008) **“A presença japonesa em Minas Gerais – Imigração e Investimento”**
- KOWNER, R. (2001) **“Lighter than Yellow, but not enough: Western. Discourse on the Japanese 'Race', 1854-1904”**. The Historical Journal, Vol 43, N°1.
- LOURENÇÃO, G. (2015) **“Dos mares do Japão às Terras Brasileiras: Algumas considerações sobre o Brasil, a imigração japonesa e sua influência na agricultura”**
- MINAS GERAIS (1920). **Mensagem do Presidente do Estado Arthur da Silva Bernardes - Órgão Oficial do Governo.**
- MONTEIRO, N. (1973) **“Imigração e Colonização em Minas Gerais 1889-1930”**
- NAGAOKA, F. (2008) **“Cem anos de história da imigração japonesa no Brasil”**
- OLIVEIRA E SILVA, F. (2012) **“Do crisântemo ao ipê: a presença japonesa e suas formas de mediação em Uberlândia”**.
- PIRES, M. (2000) **“Programas agrícolas na ocupação do serrado”**
- SANTANA, L. (2015) **“São Gotardo: um estudo sobre a presença nipo-descendente no cerrado mineiro”**
- SUZUKI, T. (1969) **“The Japanese Immigrant in Brazil”**. University of Tokyo Press

TRENTO, A. (1989) “**Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**”

TSUNECHIRO, A.; PINO, F. (2013) “**Agricultores Nikkei no estado de São Paulo**” - *Informações Econômicas, SP, v. 43, n.1.*

IWAMOTO, V.; SARAT, M. . “**A imigração japonesa no Mato Grosso do Sul: educação, memória e civilidade**”. In: XII Encontro de Pesquisa em Educação do Centro-Oeste ANPED, 2014, Goiânia-GO. XII Encontro de Pesquisa em Educação do Centro-Oeste ANPED.

_____ CENSO AGRO (2017). “**Censo agropecuário de 2017**” – IBGE

_____ CODEVASF (2018). “**Jaíba**”

_____ COMISSÃO SENADO (2015). “**120 anos de relações bilaterais Brasil – Japão**” – Senado Federal

_____ EMBRAPA (2018). “**Trajetória da agricultura brasileira**”

_____ FEAMBRA (2008). “**Imigração – NIPPO Brasília**”

_____ PAM (2018). “**Produção agrícola Municipal**” – IBGE

_____ SEDAP (2021). “**Tomé-Açu mantém a liderança na produção de pimenta-do-reino no estado**”.